5 - A lógica da proteção

Simone Monteiro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MONTEIRO, S. A lógica da proteção. In: *Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, pp. 95-120. ISBN: 978-85-7541-521-4. Available from: doi: [10.7476/9788575415214](https://doi.org/10.7476/9788575415214). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/vmnhq/epub/monteiro-9788575415214.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A Lógica da Proteção

Partindo do pressuposto da existência de uma lógica de proteção, que aglutina núcleos simbólicos diversos em relação à saúde e aos perigos do dia-a-dia, o objetivo deste capítulo será caracterizar as esferas de significação, modeladoras do significado e das práticas de proteção do grupo pesquisado. A hipótese de que certas representações conformam um sistema cultural de proteção será analisada à luz das reflexões sobre o perfil relacional da sociedade brasileira (DaMatta, 1991) e a presença do ideário holista nas camadas populares (Duarte, 1988).

A discussão foi organizada em quatro tópicos. Focaliza-se, no primeiro, o processo de internalização e de reprodução do modo de vida e a “naturalização” das práticas acerca de cuidados com a saúde. No segundo, apresenta-se um desdobramento desse ponto de vista a partir das opiniões e práticas do grupo em relação à Aids. Trata-se de uma análise de por que essa epidemia é percebida como a doença mais ameaçadora, a despeito de a maioria afirmar não conviver com tal realidade. Tematiza-se, no terceiro tópico, a falta de convergência entre o discurso referente à prática preventiva e os comportamentos adotados, já que apenas uma minoria afirma usar o preservativo regularmente. No quarto item, priorizam-se as noções de proteção adotadas diante de situações ameaçadoras, decorrentes da moradia nessa comunidade e da trajetória de vida do grupo, com vistas a estabelecer nexos entre a lógica das diversas práticas sobre os cuidados com a saúde e a vida.

Concepções sobre os cuidados com a saúde

A literatura acerca das construções metafóricas criadas em torno de algumas doenças – os casos da tuberculose, câncer, sífilis (Carrara, 1996) e da Aids (Sontag, 1989) são exemplares – tem demonstrado em que

medida tais representações orientam o modo de vida das pessoas doentes e os comportamentos preventivos adotados pela população em geral.

As informações provenientes do discurso científico sobre a transmissão e os agravos provocados por uma doença constituem apenas uma parcela do conteúdo das representações que modelam a percepção da gravidade e as ações de cuidado. As atitudes de prevenção são informadas por narrativas e metáforas que associam certos males a outros, bem como a características morais da pessoa doente e constituem igualmente a 'realidade' da doença para os diferentes grupos sociais. A condição de acesso a informações precisas, o capital cultural disponível para compreendê-las e a possibilidade do uso de serviços médicos configuram as atitudes diante do fenômeno.

Para identificar as visões do grupo em foco sobre os cuidados de saúde, introduziram-se as seguintes questões: "Como você sabe que está doente? Qual foi a última vez que você ficou doente? Como você se tratou?". As respostas demonstram que a percepção dos problemas de saúde do grupo relaciona-se ao aparecimento de algum incômodo como fraqueza, sonolência, dor de cabeça, inapetência ou perda de peso. A preocupação com a saúde tende a estar associada às manifestações de desconforto ou a sensações diferentes das habituais. Na busca do alívio do sintoma, recorre-se tanto a remédios e a consultas com profissionais de saúde quanto a simpatias, chás e promessas. Assim, tanto o aparato do tratamento médico quanto aquele associado aos sistemas alternativos de cura são acionados (Boltanski, 1979; Loyola, 1984; Ropa & Duarte, 1985).

Dando continuidade à descrição da percepção do grupo sobre as doenças, cabe mencionar que, nas respostas para a questão "qual foi a última vez que você ficou doente?", observa-se a recorrência de resfriados e gripes, seguidos da "dor de estômago", dengue, pneumonia e rubéola. Tais males – conjugados com bronquite, diarreia, gonorréia, catapora e dor de dente, entre outros – também foram citados nas respostas da pergunta: "quais as doenças mais comuns (visíveis) na comunidade?".

Um levantamento nos postos de saúde e hospitais próximos à favela e um estudo das crenças e práticas populares³⁸ no campo da saúde e doença forneceriam um quadro mais completo da percepção, diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde da localidade do ponto de vista médico e dos moradores. Tal tarefa implicaria uma investigação que foge ao objetivo desse estudo.

³⁸ Sobre práticas populares em saúde entre estudantes e professores da rede pública no Rio de Janeiro, ver Sousa et al. (1998).

Ainda assim, a descrição da ocorrência de infecções viróticas e de parasitoses coincide, em termos epidemiológicos, com as características do contexto pesquisado no que se refere à faixa etária e às condições sociais, econômicas e ambientais; isto é, os males apontados são esperados em populações com o perfil semelhante ao do grupo em foco conforme a perspectiva médica dominante.³⁹

Os entrevistados de ambos os sexos, em geral, afirmam não adotar cuidados específicos para se prevenir das doenças referidas. Mesmo as poucas precauções descritas – como não pegar sereno ou poeira – não são consideradas. Não se observou a predominância de uma preocupação ou atenção especial com o corpo, ou seja, a percepção da saúde como um bem.

Segundo os relatos, o cuidado com a saúde tende a se manifestar mediante o aparecimento de algum incômodo e não da adoção de práticas preventivas particulares. Tais considerações objetivam ressaltar que os comportamentos preventivos resultam da internalização e da reprodução de concepções, remetendo-nos para a importância da identificação dos sistemas culturais orientadores da lógica das ações e da contextualização da fala na compreensão das representações e práticas.

Deve-se considerar que os comportamentos do cotidiano, inclusive no campo da saúde, são percebidos como “naturais” (Williams, 1995). Na maioria das vezes, as ações não resultam de um planejamento racional, mas refletem a reprodução de comportamentos aprendidos e internalizados, conforme sugere o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (1994a). Se o comportamento rotineiro, em geral, é percebido como uma forma natural de sentir, pensar, agir e se localizar no mundo, é preciso investigar a lógica das práticas para avaliar as possíveis alterações e/ou adequação das mesmas, visando à adoção de ações de proteção. Este olhar assinala as limitações das políticas preventivas centradas apenas na responsabilidade dos sujeitos.

Observa-se que os agravos experimentados pelo grupo são percebidos como situações transitórias, reversíveis, que não geram sentido de ameaça e não estimulam cuidados específicos. Convém ressaltar que a pouca preocupação com situações de risco, nesse período etário, deve levar em conta que a morte está mais distanciada dos jovens devido ao ciclo biológico.

Não se verificou uma associação entre os problemas de saúde dos(as) entrevistados(as) e as práticas voltadas para evitá-los ou preveni-los. Os males identificados (resfriado, “dor de estômago”, pneumonia,

³⁹ A análise de Travassos & Lebrão (1998) sobre morbidade hospitalar oferece um panorama da realidade nacional das doenças mais recorrentes nessa faixa etária.

dengue) promovem algum tipo de alteração no cotidiano (“fico mole”, “fraco”, “não como”), no entanto, não trazem mudanças significativas nas trajetórias de vida.

Tratadas por meio de remédios e chás, tais doenças não promovem transformações visíveis (como rápido emagrecimento, perda de cabelo, manchas⁴⁰ etc), capazes de despertar reações de repulsa e isolamento social, como as marcas de certos estágios de determinadas doenças como a hanseníase ou a Aids. Os tipos de agravos sofridos pelo grupo não imprimiram uma marca física e moral, apreensível pelo olhar do outro, capaz de estabelecer uma diferenciação entre a pessoa doente e a pessoa “sadia” que, como salienta Goffman (1982), é o suporte físico para o processo de estigmatização. O estigma social da Aids tem sido abordado por diversos estudos, conforme indicam os trabalhos de Seffner (1995) e Knauth, (1995), comentados anteriormente.

As experiências e cuidados do grupo frente a situações de adoecimento, somados às representações sobre a infecção do HIV – sofrimento, discriminação, isolamento, morte lenta e desfiguração (“fica magro”; “perde os cabelos”) – fornecem pistas para se compreender por que a Aids aparece como a doença mais ameaçadora, embora a maioria do grupo tenha afirmado não conviver com a síndrome em termos pessoais, sociais ou de visibilidade na comunidade.

Em proporções menores, também foram citadas outras doenças associadas a estigmas como câncer e tuberculose. Considerando que eles afirmam não conhecer casos concretos de pessoas com HIV/Aids que integrem suas redes de sociabilidade, supõe-se que tais visões da epidemia estão relacionadas às representações divulgadas pela mídia.⁴¹ Uma das implicações dessa percepção para as práticas preventivas será discutida no próximo item, a partir dos dados sobre o uso do principal meio de prevenção, no caso transmissão via relação sexual, a camisinha.

Preservativo: a lógica do (não) uso

Grande parte do grupo pesquisado ressaltou a importância da camisinha na prevenção de doenças e da gravidez não planejada, e quase todos sabiam onde conseguir o preservativo gratuitamente, disponível numa organização local. Todavia, as respostas revelam que apenas uma

⁴⁰ Os problemas de pele (relativamente discretos) observados nos moradores não pareciam chamar a atenção das pessoas, devido, provavelmente, à frequência e aos valores sociais naquele contexto.

⁴¹ Ver: Carrara & Moraes (1986); Wellings (1988); Herzlich (1989); Galvão (1992).

minoria (4 em 22, uma moça e três rapazes) afirma usar sempre. Em suma, apesar de boa parte concordar que sexo sem risco é sexo com camisinha, poucos fazem uso do preservativo com regularidade. As razões são diversas, além do desconforto e do incômodo, eles(as) alegam confiar no(a) parceiro(a) 'conhecido(a)' e/ou nas relações estáveis com vínculo amoroso.⁴² Convém acrescentar que a percepção do sexo como uma atividade que necessariamente implica risco contribui para que o uso da camisinha possa ser visto como algo que não elimina o risco da prática sexual. Colaboram, ainda, para o não uso, o valor simbólico da maternidade, particularmente entre as mulheres, traduzidos no desejo feminino de engravidar, e as construções em torno da noção de infertilidade.

No universo feminino das jovens de Vigário Geral, nota-se que o não uso do preservativo guarda relação com o valor da gravidez como um bem simbólico. Nos casos em que há o desejo, explícito ou não, da maternidade e/ou uma percepção da dificuldade de engravidar ('pegar filho') não se adota nenhum método.

Eu achava que nunca eu ia ter filho, porque nunca peguei filho com meu marido. Só descobri que estava grávida com cinco meses de gravidez, estava engordando, aí que fui saber (...). Porque eu achava que eu era muito nervosa. [Alguém te disse isso?] Não, ninguém, eu sabia que era uma pessoa muito *nervosa*, era *agressiva*. (Helena, 19 anos) (grifos meus)⁴³

O número de gravidezes nesse pequeno universo confirma esse ponto de vista. Das dez garotas com atividade sexual, quatro estavam grávidas, uma já era mãe e duas perderam seus bebês; ou seja, das dez, sete experimentaram a concepção. As parceiras (antigas e atuais) de seis dos doze rapazes com experiência sexual também engravidaram. Isso resultou no fato de um já ser pai, outro estar em vias de ser e as ex-namoradas de cinco terem tido abortos espontâneos ou provocados.

A idealização da maternidade e da paternidade exprime o seu valor simbólico, contribuindo para a compreensão da recorrência dessas situações entre as entrevistadas. Para o grupo pesquisado, os filhos têm um

⁴² De acordo com Guimarães (1996a) a percepção de proteção ao HIV entre mulheres de baixa renda está associada à noção de familiaridade e conhecimento. Tal percepção, embora não seja limitada a este grupo, deve ser compreendida a partir da identidade social e sexual, ordenada pelo modelo da hierarquia e reciprocidade do meio familiar.

⁴³ A categoria 'nervoso' tem, no âmbito da cultura das classes trabalhadoras urbanas, um sentido de perturbação do regime ideal de funcionamento da pessoa seja no seu corpo ou no modo de travar relações sociais. Nesse trecho, 'nervoso' era uma característica incompatível ao gênero feminino: a agressividade (Duarte, 1988). Essa inadequação de gênero sustenta a crença de não pegar filho.

significado muito positivo (“alegria”, “paz”, “doação”, união, continuidade) e representam a esperança de realizar seus ideais de vida. Entre as mulheres, o filho adquire um peso diferenciado ainda maior, pois se confunde com a própria vida – “é tudo pra mim” (Helena, 19 anos) –, além de ser uma companhia capaz de evitar a solidão. Tal aspecto foi analisado por Salem (1981).

Constata-se, portanto, que o preservativo está associado à proteção da gravidez e de doenças, mas há restrições à utilização do método que revelam semelhanças e singularidades de gênero. Respondentes de ambos sexos assinalaram a opção pelo uso da pílula nos relacionamentos estáveis devido à confiança no(a) namorado(a) e em razão da preferência pela não diminuição do prazer: “se ela pedir eu uso (...), mas eu prefiro sem” (José, 15 anos); “não achei legal” (David, 16 anos); “É melhor sem” (Liliane, 13 anos). Em menor proporção, foi registrada uma certa repulsa à camisinha – “Acho esquisito, cheio de óleo” (Valéria, 17 anos) – e dúvidas sobre sua eficácia: “não é muito seguro” (Mônica, 16 anos); “dizem que não protege muito” (Marcelo, 16 anos).

A percepção do sexo como uma atividade que sempre envolve risco foi observada nos depoimentos sobre o que é arriscado de fazer, mas é gostoso. A prática sexual predominou nas respostas do grupo; alguns especificaram sexo sem camisinha ou com parceira desconhecida. Ir ao baile, namorar na rua escondido ou com a namorada dos outros também é considerado um risco gostoso.

Para os meninos, o principal risco do sexo com parceiras ‘conhecidas’ é a gravidez. No entanto, a concepção contém uma dimensão positiva relativa à afirmação da virilidade. Além disso, apresenta-se como passível de ser revertida por meio do aborto ou da não assunção da paternidade, podendo também ser evitada pelo uso da pílula. Com a ‘desconhecida’, existe a preocupação com a doença: “doença já é um problema, não tem jeito de tirar” (David, 16 anos), sendo mais comum o uso do preservativo. O relato “não tem jeito de tirar” sugere uma hierarquia de riscos e evidencia como a gravidez da parceira é, de certo modo, um problema relativamente exterior ao rapaz.

Deve-se notar que a percepção do preservativo, como algo desconfortável que diminui o prazer, somada à resistência ao uso, por parte do(a) parceiro(a), levam a freqüentes avaliações sobre uma hierarquia/gradiente de risco conforme o contexto.

De acordo com os meninos, diante de algumas situações (falta da camisinha, problema na negociação), eles cedem e não utilizam: “tento convencer, se eu não conseguir vai sem” (Vítor, 16 anos); mas, em certos

casos eles não abrem mão do uso. João, de 19 anos, diz que no baile *funk* “a gente não sabe como é as coisas, aí usa (...) se [a menina] não quiser não faz, ela pode estar contaminada”. Entre as meninas, vale destacar a escassez de diálogo sobre o uso da camisinha e a prevalência da visão masculina.

Eu tinha falado com ele para ele usar camisinha e ele não quis, aí eu engravidei. (Júlia, 19 anos)

Tenho medo, mas não uso [camisinha]. Não dá prazer e meu namorado acha que é ruim também, aí eu corro o risco. (Maria, 15 anos)

Nota-se que o (não) uso do preservativo é definido em função da percepção que se tem do parceiro(a). Tendencialmente, usa-se a camisinha nos relacionamentos ocasionais “biscates” e/ou com pessoas desconhecidas que não geram confiança. “Conhecer” é saber onde mora, com quem anda, com quem saiu e qual a família. A lógica que aproxima o conhecido/familiar da noção de proteção e vincula o desconhecido/estranho a uma perspectiva ameaçadora pode ser entendida a partir da interpretação de DaMatta (1991) para a sociedade brasileira, organizada nas categorias sociológicas ‘casa’, ‘outro mundo’ e ‘rua’. Segundo o autor, tais categorias não expressam apenas

espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados (...) capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DaMatta, 1991:17)

De acordo com o antropólogo brasileiro, as visões de mundo e a ética das pessoas tendem a ser diferenciadas e complementares nos espaços da ‘casa’, da ‘rua’ e do ‘outro mundo’ (universo do sobrenatural, dos mortos), tendo em vista a especificidade do significado social de cada um.

O universo da ‘casa’ vincula-se ao *locus* das relações afetivas e amorosas, da harmonia, da hospitalidade, da calma e da segurança. Em contraposição, a ‘rua’ é associada à individualidade, à indiferença, ao anonimato, à luta, ao trabalho, ao perigo, ao movimento, à malandragem e à imposição legal. Tais noções se aproximam das concepções causais de certas doenças, percebidas como algo desconhecido, de fora, ameaçador, capazes de provocar o caos e a desordem social (Detienne, 1994). No ‘outro mundo’, predominam as noções de eternidade, conciliação, relatividade e igualdade moral.

A despeito de serem contrastivas, tais categorias apresentam propriedades relacionais, pois contemplam éticas sociais diversas de forma complementar, por vezes totalizantes. Essa perspectiva se

contrapõe à das sociedades orientadas por uma ética, resultante de uma ‘revolução individualista’, na qual o valor não está nas relações (na pessoa) e sim no cidadão (indivíduo).⁴⁴ Embora afirme que na teoria não exista hegemonia entre os três códigos descritos, DaMatta (1991:54) reconhece que na prática as camadas populares “tendem a usar como fonte para sua visão de mundo a linguagem da casa”.

Esta perspectiva aproxima-se da análise de Duarte (1988) referente à presença do ideário holista centrado no valor das relações pessoais e familiares nas classes trabalhadoras. Apesar de as abordagens dos autores apresentarem singularidades, ambas analisam as implicações do perfil tradicional do universo brasileiro e as repercussões do ideário individualista nessa realidade e, dessa forma, fornecem subsídios para a interpretação das práticas sociais nesses segmentos.

Os argumentos masculinos acerca do universo feminino revelam em que medida o sistema de relações pessoais centrado no valor da pessoa (presente no mundo da ‘casa’), contraposto às leis impessoais, universais e racionais (característico do universo da ‘rua’), pode ser identificado na lógica da proteção do grupo em estudo. De acordo com a perspectiva masculina, as mulheres pertencem a categorias distintas – mulher da casa (namorada, moça de família, ‘quieta’) e mulher da rua (profissionais; vadias, biscate, safada). Essa classificação orienta as práticas adotadas pelos garotos. Um dos entrevistados ilustra bem essa visão:

dependendo da parceira, se for uma garota que eu nem conheço eu coloco[*o preservativo*], se não eu vou sem. Se você sabe que a garota é *mais quieta, não é tão safada*, aí tudo bem. (Vitor, 16 anos) (grifo meu)

A conexão entre a categorização da parceira e a conduta assumida fica explicitada na seguinte equação: com a ‘mulher da casa’, os jovens praticam sexo vaginal, envolvem-se afetivamente e sugerem que elas façam o uso da pílula. Com ‘mulher da rua’, tende-se a estabelecer contatos ocasionais, usar camisinha e/ou praticar sexo oral “por grilo (...) com esse negócio da Aids” (Pedro, 18 anos). A hierarquia de risco entre sexo oral e vaginal, centrada na lógica que associa familiaridade à proteção e desconhecimento à ameaça, diferencia-se da lógica hierárquica do risco entre sexo anal e vaginal, analisada nos estudos epidemiológicos.

⁴⁴ Em seu estudo sobre o jeitinho brasileiro, Barbosa (1992) apresenta um desdobramento da abordagem de DaMatta e, desta forma, contribui para a caracterização das particularidades das práticas sociais contemporâneas em nosso país no que se refere às formas de atualização e de apropriação da ideologia individualista e do ideário hierárquico.

Quando a ‘mulher da casa’ é virgem, os garotos procuraram as “outras”. Segundo um rapaz, a ‘mulher da rua’ é mais experiente e o sexo é mais prazeroso, mas não dá para namorá-la porque ela é “mais velha e saí[a] com outras pessoas” (João, 19 anos). A desvinculação entre prazer sexual e envolvimento amoroso marca a descrição da trajetória sexual masculina. Nos relatos das meninas também se observa a lógica da familiaridade (proteção) em contraposição ao desconhecido (perigo) nas práticas sexuais. Em geral, com o namorado elas tomam a pílula freqüentemente por sugestão dele, mas utilizam a camisinha nas relações com as pessoas “desconhecidas” (parceiros ocasionais).

Os trabalhos de Santos (1992;1995) sobre práticas sexuais entre estudantes no município do Rio de Janeiro revelam semelhanças com vários aspectos aqui assinalados, como a evidência da maior adesão ao uso do preservativo nas relações entre parceiros que não compartilham uma identidade e uma estética comum. Com base nos resultados, a autora sustenta a necessidade de se considerar a construção de disposições e o contexto das práticas na estruturação de propostas preventivas.

A constatação de que poucos jovens definiram corretamente a diferença entre o uso da pílula anticoncepcional e do preservativo indica que a escolha do método foi feita não tanto pelo conhecimento de suas funções, mas pelas representações que associam a camisinha às práticas sexuais extraconjugais/casuais e à diminuição do prazer – “é igual a chupar bala com papel”. As discussões sobre a decisão do uso da pílula ou da camisinha só podem ser entendidas em um quadro complexo de valores. O valor social da gravidez, a percepção de que sexo implica sempre risco e as relações assimétricas entre os gêneros exemplificam essa perspectiva. Tais representações têm sido um dos desafios das campanhas de prevenção do HIV/Aids.

Ademais, embora não tenham sido evocadas pelo grupo, vale citar algumas particularidades do consumo da pílula que também podem interferir na decisão do seu uso: o planejamento e disciplina devido à ingestão diária dos comprimidos; a não interferência na dinâmica do ato sexual; os efeitos negativos do hormônio para a saúde da mulher, presente no imaginário social e a não explicitação de uma negociação sobre o uso, que torna a pílula ‘invisível’ na relação. A camisinha, em contraposição, não apresenta efeitos colaterais e apenas é utilizada na hora do ato; todavia, está associada à diminuição do prazer o que implica negociação do seu uso com o(a) parceiro(a).

O trabalho de Giami & Shiltz (1996) sobre a lógica do uso do preservativo entre diversos segmentos sociais lança luzes sobre este tema. Referendados por um amplo levantamento da literatura, os autores identificaram que o *status* atribuído ao parceiro(a), a natureza das relações

em tempos de Aids e as representações da sexualidade informam a adoção de práticas sexuais (des)protegidas. O estudo indicou que existe uma tendência de se praticar sexo sem camisinha nos relacionamentos com vínculo amoroso e/ou estáveis, com parceiro “conhecido” e quando há crença na fidelidade conjugal.

Os trabalhadores sexuais masculinos, em geral, não usam preservativo com os clientes conhecidos e de boa aparência; entre as profissionais do sexo feminino,⁴⁵ os critérios para o não uso são: vínculo amoroso, intimidade, não pagamento do ato sexual. Para jovens de áreas de risco, a percepção de proteção se associa à noção de vizinhança, honestidade e limpeza; jovens *gays* masculinos tendem a fazer sexo desprotegido com os jovens considerados românticos, ao passo que os *gays* adultos tendem a não adotar métodos preventivos nos relacionamentos longos.

Conclui-se, assim, que a classificação dos parceiros de acordo com os critérios de caráter sentimental (envolvimento amoroso x não envolvimento); conhecimento (pessoa familiar x desconhecido); distância social (ser da vizinhança, da rede de relações x estranho à comunidade); aparência (visual bonito, limpo, honesto x visual feio, sujo, imoral) e a natureza da relação (longa, íntima, estável x casual, paga, profissional) orienta o uso ou não uso de métodos preventivos (camisinha) nas práticas sexuais.

De acordo com essa lógica, nota-se que as relações afetivo-amorosas tendem a ser regidas por uma ordem mágica e idealizada, perpassada pela noção de descontrole e irracionalidade, destoante do discurso preventivo. Tais categorizações encontram pontos de convergência com as esferas sociais da ‘casa’ e da ‘rua’, estabelecidas como referências para a sociedade brasileira, com relação à oposição entre um mundo familiar protetor (a ‘casa’) contraposto ao universo desconhecido e perigoso (a ‘rua’). Dito de outro modo, os dados de realidades sociais diversas sobre a lógica da prevenção sugerem a universalidade da noção de que o familiar protege. Aqui, busca-se salientar que na realidade pesquisada tal percepção ganha relevância.

Segundo Giami & Schiltz (1996), os critérios utilizados pelos indivíduos não são sempre determinados por uma racionalidade que visa à proteção do HIV, refletindo a adaptação de critérios tradicionais de seleção de parceiros, reformulados pela linguagem da prevenção.

⁴⁵ A conexão entre familiaridade, intimidade e proteção pode ser ilustrada pelo fato das profissionais de sexo terem aumentado o uso do preservativo com seus clientes, mas manterem práticas sexuais desprotegidas nas relações com vínculo amoroso, segundo relato da coordenadora da organização não-governamental PIM (RJ).

Em concordância com esse raciocínio, Bozon (1998) afirma que a emergência da epidemia de HIV/Aids não gerou mudanças no comportamento sexual da maioria da população. Afinal, tais práticas estão associadas a sistemas de relações de gênero, cujas alterações – conforme qualquer comportamento arraigado associado ou não às representações do gênero – ocorrem de forma lenta. Para o autor, as recomendações no campo da prevenção devem ser orientadas pelo conhecimento das práticas sexuais e pela adequação de uma certa lógica racional de prevenção utilizada pelo sujeitos, visando a adaptar os comportamentos já existentes. Nas suas palavras: “mais do que recomendar o uso do preservativo na relação ‘oficial’, o que parece difícil, o incentivo ao uso sistemático nas relações esporádicas parece mais apropriado” (Bozon, 1998:7).

Complementando os argumentos acerca dos limites das políticas preventivas limitadas à informação técnica, cabe descrever o conhecimento do grupo, sobre a Aids, adquirido na escola, na televisão, nos livros, nas palestras, nos folhetos e, mais eventualmente, por meio de familiares e organizações comunitárias locais.

Os(as) jovens demonstraram um nível satisfatório de informação das vias de transmissão do HIV. Praticamente todos disseram que o vírus da Aids “passa” por meio do sexo e do sangue. Notou-se, entretanto, que existe uma falta de entendimento entre a diferença de risco pelo sexo anal e sexo vaginal. Segundo uma menina, que já havia recebido treinamento nessa área, o sexo vaginal tem mais risco porque contamina o útero. Tais observações atestam que a informação correta acerca da transmissão do HIV via relação sexual, além de não assegurar o entendimento da diferenciação dos riscos de infecção via anal e vaginal, não garante a adoção de comportamentos preventivos.

Em síntese, para compreender a não convergência entre o discurso (a maioria associa a camisinha à prevenção da Aids) e a prática (apenas uma minoria afirma que usa regularmente o preservativo), é preciso problematizar os seus fundamentos, acesso e formas de divulgação e os ambiciosos objetivos de mudança a curto prazo, principalmente em se tratando de comportamentos arraigados no campo da sexualidade e das relações de gênero.

É necessário também conhecer a lógica das práticas da população, objeto da ação preventiva. Nessa direção, é oportuno citar que, com base na visão de 12.612 mulheres e 2.949 homens, na faixa de 15-49 anos, Badiani et al. (1997) concluem que o bom nível de conhecimento não se reflete, necessariamente, na adoção de práticas preventivas. Múltiplas

lógicas, crenças e valores e as próprias condições de vida interferem na auto-avaliação do risco, determinando, muitas vezes, percepções calcadas em pressupostos significativos para os sujeitos concretos, mas enviesados em termos de condições reais de vulnerabilidade.

Significados da Proteção

Os dados apresentados até então indicaram nexos entre o sentido de proteção e o significado social do mundo conhecido (familiar; da 'casa', ordem) em contraposição às ameaças do universo desconhecido (estranho; da 'rua', desordem). Tal perspectiva não foi evidenciada apenas na lógica dos(as) jovens entrevistados(as) em relação aos riscos do HIV, mas também nos critérios utilizados por diferentes grupos sociais em relação ao uso do preservativo.

Com base nessa constatação e nos dados sobre a experiência social do gênero e da sexualidade, objetiva-se identificar elos de conexão entre a lógica do cuidado com a saúde (da Aids em particular) e a lógica de proteção frente às ameaças da vida cotidiana do grupo de moradores da favela de Vigário Geral. Pretende-se refletir sobre as consequências do perfil relacional da sociedade brasileira na construção do sentido de proteção de jovens de camadas populares urbanas, visando a observar em que medida a vinculação entre familiaridade e proteção apresenta alguma especificidade no contexto estudado.

Visão da comunidade

O imaginário social construído em torno do conceito de favela define esse espaço como um local perigoso, desordenado e violento (Zaluar & Alvito, 1998). Frequentemente atualizada pelos meios de comunicação de massa, tal visão predomina entre os segmentos mais abastados da sociedade e fomenta a tensão e a exclusão – retratada na expressão “cidade partida” de Ventura (1994) – em um contexto marcado por fortes desigualdades sociais.

Assim, as notícias sobre a chacina na favela de Vigário Geral e os demais confrontos entre policiais e traficantes, amplamente divulgados na mídia, colaboraram para alimentar e difundir a percepção dessa favela como um local violento e perigoso do Rio de Janeiro. Vale dizer que, na maioria das vezes, as pessoas reagem com surpresa quando tomavam conhecimento do meu estudo na favela de Vigário Geral, devido à sua fama de lugar 'perigoso e violento'.

Os(as) jovens moradores(as), no entanto, não compartilham essa visão. Vários identificam aspectos positivos na sua comunidade, relacionados aos vínculos de amizade e solidariedade, demonstrando o valor que as formas de interação social e da rede de vizinhança detêm entre segmentos populares (Duarte, 1988).

já fiz simpatia com todo mundo. (Denise, 13 anos)

aqui todo mundo ajuda, o pessoal aqui é muito humilde, maioria.
(Teresa, 18 anos)

pobre, quero dizer todo mundo mal de vida, aí um ajuda o outro,
pede emprestado, eu acho legal aqui. (Maurício, 15 anos)

O lugar também é valorizado pelas atividades compartilhadas, como esporte (futebol, queimado) e lazer (churrasco, festas, bater papo, andar de bicicleta). A presença de organizações comunitárias, o 'respeito' entre as pessoas do local, a tranquilidade e a segurança contra assaltos complementam os aspectos positivos da vida na favela. Metade do grupo afirmou que não deseja morar em outro lugar, justificando que "lá fora tem muita violência" (Sílvia, 14 anos) ou que na favela há "liberdade, pode[-se] correr, anda[r] tranquilo" (Otávio, 19 anos) e mais segurança para os idosos – "Essas pessoas os policiais não encostam a mão, lá fora encostam a mão em qualquer um" (Álvaro, 18 anos). Também é possível "deixar bicicleta do lado de casa, o chinelo do lado de fora do portão" (Rodrigo, 18 anos).

Além do valor dos laços de vizinhança e da troca, algumas características geográficas contribuem para a aproximação e a integração dos moradores no contexto pesquisado. Localizada em uma área que concentra populações de baixa renda, a favela de Vigário Geral tem quatro passarelas e apenas uma permite a entrada de carros pela favela vizinha – "o que é bom aqui é que não passa carro toda hora" (David, 16 anos). Tais características restringem a interação e a convivência com outros espaços sociais da cidade. As casas são bastante próximas, com lugar limitado para o quintal e dividem o espaço com os estabelecimentos locais (pequenas vendas, cabeleireiro, farmácia, botequim, entre outros). Como já disse, não fosse a presença ostensiva da polícia, Vigário Geral, em alguma medida, lembraria uma cidade pequena do interior.

Conforme tem sido apontado ao longo do trabalho, o surgimento do comércio ilegal de drogas gerou repercussões diversas na vida dos moradores das favelas cariocas, como mudanças na percepção do lugar.

Os tiroteios decorrentes dos conflitos armados entre policiais e traficantes foi o aspecto negativo mais recorrente nas falas, além da morte

de amigos e/ou parentes, violência e agressão dos policiais; contrastando com a pouca expressividade das demais críticas à localidade: falta de lazer, 'focacas' e problemas de saneamento – "É que não tem água, nem luz, tem que carregar" (Fátima, 17 anos).

É importante ressaltar que a implementação do sistema de coleta de lixo, antes realizado pelos traficantes, e o início das obras do projeto de reurbanização das favelas, denominado Favela-Bairro, apontam perspectivas de melhora da precária infra-estrutura de saneamento da localidade.

Os dados sugerem que um dos aspectos da construção da identidade social desses jovens se relaciona com a localidade não apenas em termos do bairro como um espaço físico, mas também pelo conjunto de relações de vizinhança que situam os sujeitos num grupo maior, o que indica a predominância do caráter holista da visão de mundo do grupo.

Convém salientar que a violência (tiros, mortes) provocada pela presença do poder ilegal nessa comunidade, em alguma medida, tem repercutido na percepção dos moradores em relação ao sentido de segurança da localidade, conforme sugere a discussão a seguir.

Polícia e traficante: quem protege e quem ameaça?

No quadro de uma política pública voltada para a desestruturação do comércio ilegal de drogas nas favelas cariocas, Vigário Geral foi ocupada pela polícia desde outubro de 1996 e não há previsão de saída. Alguns moradores revelaram que a presença da polícia é positiva pois acabou com os tiroteios, trazendo maior tranquilidade para a comunidade: "As crianças podem brincar na rua"; "A gente não vive mais de sobressalto".

Para um informante, a ocupação policial aumentou a ociosidade dos jovens e a prática de vídeo game e trouxe prejuízos para a economia local, diminuindo o comércio e a circulação de dinheiro com uma parcial desarticulação do tráfico de entorpecentes. Um comerciante concorda, mas afirma preferir menos movimento e mais paz. Segundo uma outra informante, que trabalha na favela, depois de um certo período alguns policiais fizeram acordos com os traficantes (na percepção dela cada vez mais jovens) que têm viabilizado a continuidade do comércio ilegal apesar da ocupação.

Contudo, para a maioria dos(as) entrevistados(as), a política de ocupação permanente da polícia na favela trouxe como benefício o fim dos freqüentes tiroteios; contudo há várias críticas relacionadas à diminuição das atividades de lazer e às agressões e extorsão de policiais, principalmente militares, dirigidas aos adolescentes. O paradoxo fica claro nos depoimentos dos jovens:

Por um lado acho bom, pois só assim evita tiroteio, de outro lado, acho que eles [policiais] *são os próprios bandidos daqui*. (Júlia, 15 anos)

Antes a gente tinha lazer total, podia sair à vontade e hoje o que eu não gosto é esses policiais aqui, tiram o sossego da gente, ficam se metendo na vida dos outros, em coisas que não é pra eles se meterem. (...) Bom, por um lado é bom que não tem esse negócio de tiroteio, gente morrendo direto e, por outro lado, é ruim porque eles não respeitam ninguém, eu mesmo já levei muita porrada, muita pancada desses policiais, tapa na cara.(...) *tem uns policiais aqui, em vez de dar segurança, dão insegurança*. (Álvaro, 18 anos)

Quando os bandidos estavam aqui, aí havia troca de tiros, aí eu não gostava (...). Preferia quando eles [policiais] não estavam porque hoje a qualquer hora esses policiais entram na casa da gente. (Maria, 15 anos) (grifos meus)

O tráfico de drogas é percebido como ameaçador por gerar violência e mortes, mas também é visto como protetor. Essa aparente ambigüidade (protege, mas ameaça) revela que a construção das opiniões sobre o comércio ilegal é influenciada pelos benefícios que a atividade gera para a comunidade e pelas incoerências da ação policial. As falas são representativas:

Ele [traficante] protege porque *não deixa ninguém estranho entrar aqui* e ameaça porque eles estando aqui vai ter sempre polícia aqui, confusão. (Antônio, 16 anos)

[O traficante] Protege, *não deixa faltar nada na comunidade*, se cai um barraco eles dão dinheiro para construir e ameaça também porque mata as pessoas. (Otávio, 19 anos)

De ruim é que tem gente viciada que não eram e começaram a viciar, e de bom é que a gente *sente uma proteção deles* com isso. (Helena, 19 anos) (grifos meus)

Os depoimentos indicam que o significado de ameaça e de proteção nessa realidade é influenciado pela percepção do papel desses dois atores sociais: o 'traficante/bandido' é considerado perigoso e violento, contraposto ao trabalhador honesto. Entretanto, também é visto como um integrante da comunidade (familiar, conhecido), protetor do local, benfeitor; com poder de estabelecer regras, fazer justiça, impor respeito e promover atividades de lazer (festas, bailes).

O 'policial' é um elemento externo à comunidade (de fora, desconhecido). Deveria proteger, mas muitas vezes ameaça, desrespeita e agride os moradores; é corrupto, tem as características negativas do bandido,

mata – vale lembrar que a polícia foi responsabilizada pelas mortes dos moradores da Chacina de 1993 –, limita as opções de lazer, liberdade e sociabilidade dentro da favela.

Estudos pioneiros nesse campo, como os de Zaluar (1985;1994), já haviam atestado visões semelhantes sobre o poder legal e o ilegal. Em uma pesquisa em um bairro popular de Porto Alegre, Fonseca (1993) também registrou a admiração dos moradores pelos traficantes locais. Identificados como pessoas generosas (fornecem alimento, terra, promovem festas), que impõem ordem na comunidade e se ‘misturam’ com os moradores, tais personagens não são vistos como bandidos, pois não roubam os pobres, mas os ricos.⁴⁶ Essa visão heróica do traficante ganha relevância quando contraposta aos abusos, à indiferença e ao desrespeito da polícia – “são marginais legalizados” – e às deficiências da ação do poder público. Nas palavras da autora:

A mitificação dos heróis só pode ser bem compreendida quando comparada com a insuficiência das forças da ordem. Os heróis velam pelo bem-estar de velhos e fracos – o que o governo não faz. (Fonseca, 1993:77)

Para reiterar esse ponto de vista, vale apresentar o depoimento de um líder comunitário de Vigário Geral:

O bandido se legitima muito, mas não é por causa da arma que ele usa não, ele se legitima muito mais pela forma de relação que ele tem com a comunidade, pelo que ele oferece de bom à comunidade, de bem-estar. Geralmente, o cara só é tratado como herói em favela – não é pela arma que ele tem ou por quantos crimes ou assaltos que ele cometeu, não é isso, não. Duas coisas que o legitima é quanto mais ele aparece na imprensa, isso dá um *status* do caramba pra ele (...) aí também tira ele da realidade da favela, porque (...) vira um mito (...). A outra coisa é essa relação que ele tem de assistência com a favela, principalmente com a parte do lazer, a parte da sedução, do prazer, da festa. Todo bandido que se preze, pra querer ser um herói, ele trabalha muito com a festa, com o baile *funk*, do pagode, do carnaval, ele patrocina (...). É uma maneira dele poder também limpar a sua imagem, ele vai ter uma outra relação. A partir do momento que eu faço festa, que eu dou bicicleta, faço um São Cosme São Damião, que faço um Natal, dia das crianças, baile *funk* e tal, eu tenho um tipo de relação com a comunidade que passa a ser dúbia, não é um papel só de criminoso, é um papel de herói também.

⁴⁶ Segundo a autora, o acesso a produtos de valor de procedência duvidosa e as colaborações diversas da população local com o comércio ilegal de drogas indicam uma não delimitação clara entre atividade legal e ilegal.

As repercussões dos eventos festivos e de interação social promovidos pelo traficante podem ser mais bem compreendidas a partir do argumento de DaMatta (1991) sobre o papel das festividades na construção de uma unidade temporária das três éticas sociais ('casa', 'rua' e 'outro mundo'). Segundo o autor, na realidade brasileira a

festa, o cerimonial, o ritual e o momento solene são modalidades de relacionar conjuntos separados e complementares de um mesmo sistema social (...) é um mecanismo básico por meio do qual uma sociedade feita de três espaços pode tentar refazer sua unidade. (DaMatta, 1991:67)

Conclui-se, assim, que o confronto armado entre policiais e traficantes, além de potencializar os riscos de bala perdida, limitou a ocupação do espaço público – *locus* de sociabilidade e lazer – e deixou a população mais vulnerável à repressão policial. Vários jovens, principalmente os meninos, relataram agressões verbais e físicas, invasões domiciliares e desrespeito por parte dos agentes do poder público, cujo papel é justamente garantir a segurança da população e a manutenção da ordem social.

Essas experiências, associadas às ações paternalistas dos traficantes e a uma certa cumplicidade dos moradores com o comércio ilegal de drogas – alguns dos entrevistados têm familiares ou namorados integrantes do tráfico de drogas; outros já prestaram serviços (levar drogas, recados, armas, tomar conta da carga), mas diante dos riscos decidiram sair – reproduzem o significado social de proteção da 'casa'; ou seja, o conhecido tende a proteger ao passo que o desconhecido (a 'rua') é ameaçador.

A conjugação entre o comportamento da polícia e do traficante em relação aos moradores atualiza o valor de proteção dos laços pessoais (familiar), contrapondo-se à concepção moderna de cidadania, centrada na noção de direito individual, na qual a questão da segurança é realizada pelas instituições sociais que representam o poder público como a polícia.⁴⁷

As possibilidades de acordo e de colaboração entre moradores e traficantes e os benefícios concretos oferecidos pelos líderes do comércio ilegal, em termos de infra-estrutura e de lazer da comunidade, iluminam o entendimento do sentido de proteção associado ao tráfico. Tal significado ganha relevância diante do comprometimento do poder

⁴⁷ No estudo sobre a suspensão da queixa policial de mulheres em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), Brandão (1998) identifica que esse grupo não partilha do ideário feminista e das noções de justiça e direito penal. Entretanto, recursos oferecidos pela denúncia policial – como a carta para comparecimento na delegacia – são utilizados nas negociações privadas entre a vítima e o agressor, transformando-se num mecanismo de defesa frente a novas agressões.

público legal, responsável pela segurança da população (abusos da polícia; corrupção) com as atividades ilícitas, e as explicações dos entrevistados para o envolvimento das pessoas no comércio ilegal.

Apesar de os moradores entrevistados afirmarem que as pessoas entram para o mundo da criminalidade por ambição pessoal – acesso a dinheiro, mulher, consumo, “safadeza”, “pra curtir”, “vida fácil”, ou fraqueza, “não sabem encarar a vida do jeito que ela é, não tem vontade de pegar batente, tem cabeça fraca”, vício de drogas –, existe também um reconhecimento que tal envolvimento decorre das dificuldades sociais e econômicas – “revolta”, falta de emprego, fome, não tem como viver, ou problemas – briga com os pais, pressão do grupo.

Enquanto a primeira explicação centra-se nas críticas à pessoa, a segunda justifica a participação devido aos problemas sociais. A localização de causas externas ao indivíduo somada aos benefícios citados minimizam as críticas negativas e aproximam a comunidade do tráfico. Nesse cenário marcado pela ausência do papel do Estado, em que o poder público mais atuante está identificado com a noção de injustiça e desrespeito, pode-se supor que, comparativamente, o papel da polícia é considerado mais perverso e difícil de tolerar do que o papel do traficante. O relato de um líder comunitário novamente é esclarecedor:

Primeiro o Estado não existe, Estado só existe pra matar mesmo, pra dá porrada, entendeu... o Estado está sendo muito inconseqüente. Primeiro que ele bota o policial, a coisa mais perversa que tem no Brasil é botar os dois “pês” pra ir à favela: o policial e o professor. São os dois únicos braços do Estado que vai à favela, é o professor primário, aquele que ... vai poder dar a educação básica que vai catequizar o jovem, e o policial, que vai dá porrada. Um vai tentar prevenir com muito pouco recurso e o outro com muito mais recurso e com muita autoridade, que é o policial, que já chega dando porrada.

As incoerências do poder legal – “tem uns policiais aqui que, em vez de dar segurança, dão insegurança” – e as precárias condições de vida acabam legitimando o poder ilegal – “protege porque não deixa ninguém estranho entrar aqui” – nessa realidade. Tal fato não implica uma visão linearmente positiva do comércio de entorpecentes e da criminalidade.

Os(as) jovens se dão conta dos prejuízos e das conseqüências perversas dessas atividades, como a morte de parentes e amigos e o acesso às drogas ilícitas, e apontam para uma fronteira que diferencia a visão positiva do trabalhador da visão negativa do bandido – “gente comprometida”, “envolvida” –, conforme apontado no capítulo 4.

O reconhecimento dos males promovidos pelo tráfico somado à violência – morte, briga, vingança, assalto, abusos da polícia, tiroteio – demonstra as repercussões do comércio ilegal de drogas e da criminalidade no modo de vida e na percepção de ameaça do grupo entrevistado, sugerindo que o sentido de desproteção, nesse contexto, também está associado às situações decorrentes da presença do tráfico na comunidade e aos perigos da rua, principalmente durante o período noturno.

Na perspectiva dos moradores, as ações da polícia (o elemento de fora, ordenador do espaço da rua) representam uma invasão do lugar, da ordem e da proteção ('a casa'), isto é, o poder legal introduz um elemento estranho no espaço familiar, 'desorganizando' as formas de ocupação desse espaço social pelos membros da comunidade.

Nesse contexto, o traficante (um elemento de dentro) torna-se uma figura de intermediação, ao mesmo tempo em que gera violência, cria uma cumplicidade com os moradores – sustentada pelo amparo moral e social –, confronta e até negocia com representantes do poder legal. É válido lembrar as denúncias recorrentes de corrupção envolvendo policiais e bandidos, ou seja, além das desigualdades sociais, os problemas das instituições responsáveis pela segurança pública (falta de preparo e recursos, baixos salários, entre outros) enfraquecem a imagem do poder público legal e colaboram para a disseminação da corrupção, insegurança e aumento da violência na sociedade.

Por fim, vale, mais uma vez, citar que as trajetórias dos(as) entrevistados(as), que participaram ou participam do tráfico, encontram pontos de aproximação com as análises de Zaluar (1985;1994) e as descrições de Ventura (1994) e Lins (1997), em relação ao poder de sedução do mundo da criminalidade devido ao acesso ao dinheiro, armas de fogo e bens de consumo; à conquista de *status*; ao respeito e afirmação da masculinidade. Em oposição, as motivações para o não envolvimento ou desligamento desse universo são: os grandes riscos de vida – muitos morrem precocemente –, o receio do encarceramento, a condenação moral e familiar e determinadas perspectivas de trabalho.

O que protege?

O sentido de proteção dos laços familiares é expresso nos conselhos e ensinamentos maternos, nos cuidados com a alimentação e a saúde, na doação de afeto, defesa pessoal e apoio moral – “briga por mim”.

Nos depoimentos femininos, a mãe aparece de forma recorrente como referência de proteção; a família (avó, marido) e os amigos também são mencionados. Tais elementos, articulados à identificação da casa como o local mais seguro – a despeito das invasões e tiroteios – vêm

novamente atestar o nexo entre o significado de proteção e o universo da 'casa'. Em outras palavras, é no âmbito das relações familiares e do espaço doméstico que o sentido de proteção ganha significado. Isso é coerente com a idéia de Duarte (1988) sobre a configuração holista das camadas populares, na qual o pertencimento a um grupo modela fortemente a concepção da pessoa. A teia de relações engloba a 'individualidade'.

Entre os meninos, o significado de proteção da mãe, da família e dos amigos encontra pontos de aproximação com a visão feminina. No entanto, há diferenciações, na realidade masculina, indicadas na maior visibilidade do papel do tráfico na segurança pessoal dos garotos. Se o rapaz ocupa o lugar do traficante, essa proteção se traduz na presença de "soldado do lado" e nos tiros com a polícia. Aqueles que se tornam "amigos" ou "têm conhecimento" com as pessoas envolvidas no comércio ilegal também recorrem à força bélica e moral dos bandidos em situações de ameaça de membros da própria comunidade ou de fora.

Tem alguns colegas meus que *me protegem* (...) eles são traficantes (...) não tenho vacilação com eles não (...). Eles falam que quando tiver algum problema pode recorrer. (...) Recorri, já avisei já. (João, 19 anos) (grifo meu)

Em menor escala, as meninas revelam apelar para esse recurso. Porém, conforme abordado no capítulo anterior, sabe-se que, no papel de namorada ou mulher das lideranças do tráfico, elas recebem uma 'proteção' especial (Zaluar, 1994).

Não mexer com desconhecidos – "evitar maus colegas"; "[estar] em paz com todo mundo" – e ter documentação também foram apontados como ações de proteção pelos rapazes. As intervenções levianas da polícia⁴⁸ permitem compreender a função do documento como prova da identidade de trabalhador, contraposto ao bandido. Mais uma vez, o depoimento do Líder comunitário é elucidativo.

aí o policial (...) meteu a arma na minha cara (...) e já saiu rasgando a bolsa, tava chovendo,... jogou meu celular... na água, a roupa... no chão, pegou as coisas minhas todas e jogou no chão. Cara, aquilo me deu uma revolta... 'Meu amigo, por que você tá fazendo isso?', eu perguntei, (...) ele falou: 'cala a boca' e quebrou meu guarda-chuva: 'eu tô na chuva, você também tem que tá'. (...) Eu me senti

⁴⁸ As imagens das cenas de violência policial, em Diadema (SP) e na Cidade de Deus (RJ), divulgadas na mídia, no primeiro semestre de 1997, explicitaram a leviandade da ação de determinados policiais, principalmente contra pobres, negros e jovens, fomentando a discussão sobre a necessidade de revisões nas políticas de repressão ao crime, particularmente aquelas voltadas para as populações menos favorecidas.

tão revoltado... Ele tava com o revólver puxado pra trás, o cão, né, da pistola (...). Falei assim: 'esse cara vai me matar aqui e eu fiz o máximo pra não argumentar, evitar confronto'. Era as 4 horas da tarde... Ele tava muito nervoso. Depois eu descobri que ele trocou tiro com os bandidos, tal... Os policiais, todo mundo encapuzado, né, (...). Eu me senti tão inseguro que eu não tive nem coragem de falar nada com o cara... qualquer coisa ele disparava (...) me deu um desespero ver tudo aquilo no chão – papel, documento, artigo, coisas minhas, disquete, estragou o disquete... Aquilo me deu uma revolta... porra, como é que você não vale nada? (...) Eu não fiz nada com o cara, eu subi a passarela, (...) eu achava que eu tinha respeito que não sei o que tal, que eu sabia me defender (...). Fui falar com ele (...) ele ficou muito mais agressivo, zoneando: 'pô, só tem roupa de marca na favela quem é bandido. Tu ganha a vida como? Como é que tu tem celular?'. (...) umas coisas grosseiras! Eu me senti muito inseguro, (...) você não tem referência, não tem a quem recorrer.

No universo do tráfico de drogas e da criminalidade, em que polícia e bandido se confundem e a arma de fogo é utilizada para resolver desafetos e traições, a lei do silêncio e da discrição é uma forma de proteção da vida. Nesse cenário, as organizações comunitárias locais, em alguns casos, tornam-se uma referência de proteção no sentido de mediar conflitos, defender os direitos e oferecer atividades que identificam o morador de forma positiva.

A maior vulnerabilidade dos meninos em relação à violência policial e a ênfase na independência masculina – alguns garotos disseram que eles eram responsáveis pela sua própria proteção – na ocupação do espaço público, em contraposição ao valor do espaço doméstico para o universo feminino, podem explicar as diferenças entre os gêneros.

O valor da educação formal como indicador do sentido de proteção da vida e da saúde apresenta semelhanças entre os gêneros. Para as meninas, a proteção da escola está relacionada ao acesso ao conhecimento – “fica mais inteligente”, “traz muita coisa boa pra cabeça da criança” –, à autonomia – “ser alguém na vida” – e ao domínio da escrita e leitura. Além de ensinar a “ter educação, de não ficar xingando palavrão”, sendo uma boa ocupação do tempo – “estudando a gente se sente mais presa com obrigação”, “pra não ficar à toa na rua”. Nas respostas dos meninos, a escola não ocupa um lugar tão destacado; o ensino formal também tem a função de ocupar o tempo de maneira mais produtiva (correta, positiva), evitando desvios (envolvimento) para o mundo do poder ilegal, ampliando as perspectivas de emprego e preparando para a vida.

Conclui-se, assim, que o valor de proteção da escolarização formal para o grupo está associado à perspectiva da não exclusão social,

pois permite a aquisição de uma identidade (ser estudante, conseguir um emprego), acesso a bens sociais (informação, conhecimento, domínio leitura e escrita) e um distanciamento do universo da criminalidade, cujo poder material e simbólico muitas vezes torna-se sedutor diante do estímulo ao consumo, do baixo poder aquisitivo e da possibilidade de melhoria no padrão de vida. Aqui foi enfatizada a questão da função da escola em termos do significado da proteção, mas evidentemente o papel do ensino formal se conjuga com outras variáveis, citadas no capítulo 3.

Com base nos depoimentos dos meninos e meninas, observa-se que, no âmbito das relações amorosas e sexuais, a percepção de proteção tem como bases a crença na exclusividade sexual, o vínculo amoroso e o “conhecimento” do parceiro, isto é, disposições e afinidades estéticas (Santos, 1992). O valor da rede de amigos e dos laços de vizinhança aponta na mesma direção, reforçando a percepção de que o familiar tende a proteger.

A crença na proteção divina foi bastante mencionada, sendo dominante nos relatos masculinos e muito expressiva no universo feminino. Todos os rapazes e moças afirmaram acreditar em Deus; um terço se considera católico; outros citaram filiações religiosas diversas (Universal, Pentecostal, da Liberdade, Presbiteriana e Assembléia) e alguns disseram não ter religião. Poucos freqüentam as igrejas regularmente.

O sentido da proteção divina foi observado nas concepções sobre Deus e de sua influência na vida dos entrevistados. Este foi definido como um ser “supremo”, poderoso e onipotente, capaz de proporcionar vida, esperança, “tranquilidade”, ajuda, “orientação”, “definir o certo do errado”, apaziguar a dor e oferecer conforto. Na visão do grupo, Deus é o criador, o salvador e está acima de tudo e de todos. DaMatta (1991), ao descrever as esferas de significação da ‘casa’, da ‘rua’ e do ‘outro mundo’ e suas múltiplas expressões no universo relacional brasileiro, salienta que o espaço do ‘outro mundo’ é o lugar da eternidade, relatividade, esperança, desejo, síntese e igualdade. Segundo o autor é :

em contato com o outro mundo é que somos capazes de construir as compensações que muitas vezes não conseguimos realizar quando nos confrontamos com o conflito e o dilema ‘deste mundo’ de casas e de ruas, de amigos e de leis impessoais, de desejos individuais e demandas morais coletivas. (DaMatta, 1991:163)

O significado de proteção do poder divino não parece estar condicionado à adesão ao discurso ou à prática de uma religião particular. Com exceção do depoimento de um garoto, cuja prática está orientada

pelos preceitos do catolicismo, não foram observados comportamentos ou relatos definidos pela adesão a uma filiação religiosa específica, mesmo entre aqueles que afirmam ter uma religião. Prevalecem visões mais genéricas nas quais Deus é identificado com uma força exterior e soberana, capaz de orientá-los e protegê-los, fornecendo recursos explicativos para os acontecimentos da vida cotidiana. De acordo com uma moradora, que intermediou vários contatos com os jovens entrevistados e forneceu dados sobre diversos aspectos da vida na favela, Deus define as coisas: “ Quem decide é Deus, se ele quiser que eu passe fome eu vou passar, Deus é que sabe”. Ela não frequenta a igreja e diz não ter religião, mas sempre reza para pedir ou agradecer algo; é uma pessoa muito empreendedora e com esforço e determinação transformou sua casa numa próspera pensão. Há pouco envolvimento e motivação da população investigada nas atividades e cultos religiosos.

Eu comecei a namorar um garoto, aí fui esquecendo Deus (...). Sempre tem um que vem e desvia você fora da igreja. (Júlia, 15 anos)

Pô, a igreja é importante, mas eu fui pro mundo, pra mim conhecer o mundo (...). Não é colocando a culpa em ninguém não, mas um certo tempo eu vi, pô, assim, pastor saindo da igreja pra cheirar, conhecer o mundo, né. Aqui também tem uns dois também que entrou pra igreja e saiu, entrou pro mundo. Aí eu: ‘ah, vou entrar pro mundo, pra vê qual é desse mundo’. (Pedro, 18 anos)

Mesmo não havendo uma participação regular nas cerimônias e atividades relacionadas à prática religiosa, a imagem de Deus como uma força suprema se mantém e é alimentada, conforme mostram as falas sobre as ‘comprovações’ do poder divino:

Uma vez eu estava doente de cama e pedi para Deus me ajudar e eu melhorei. (Angélica, 15 anos)

Uma vez, num assalto, ele pegou as coisas de todo mundo e menos o meu, porque na hora eu pedi para Deus me ajudar. (Lucas, 17 anos)

As experiências no campo das práticas religiosas, visando à busca de apoio, conforto e referência para as aflições da vida cotidiana também apontam, nessa direção, o significado protetor do poder divino. Além de revelar a possibilidade de se conjugar diferentes credos, os relatos sugerem variadas formas de aproximação e diálogo com a visão religiosa:

Eu sou católica, frequento várias igrejas, uma delas ela é Assembléia de Deus porque eu acho que ainda não achei a igreja certa. (Angélica, 15 anos)

Eu gosto de ler a Bíblia, eu não tenho amiga, aí fico conversando com Deus nas minhas horas de dor (...) aí a dor vai embora. (Letícia, 18 anos)

Já fui de quase todas, Universal (...) achei mais legal a católica. Universal fica pedindo dinheiro toda hora. (João, 19 anos)

Vou a tudo que é lugar, igreja, macumba, em todo lugar eu vou. (Maurício, 15 anos)

Em um mundo marcado por injustiças sociais, receios e dúvidas, Deus simboliza a esperança, a possibilidade de conforto – “[Deus] Me faz agüentar várias coisas ruins, mas não influencia na minha vida, não” (David, 16 anos). Representa, assim, uma força externa justa e generosa acima da vida humana, capaz de explicar a origem e a dinâmica da vida na terra e ajudar a lidar e confortar o sofrimento e o medo. O poder divino torna-se, dessa forma, um dos recursos explicativos da vida, capaz de alimentar os sonhos, auxiliar na convivência, na compreensão dos problemas e nos receios do cotidiano.

A importância dada às forças exteriores supremas na definição da vida não significa necessariamente a ausência do reconhecimento do valor do esforço pessoal e do peso das condições de existência.

Vinte, dos trinta e dois entrevistados, sem distinção de gênero, disseram que o destino “está traçado” e que existem aspectos da vida difíceis de serem mudados (hora da morte, jeito de ser, futuro, sofrimento, felicidade, amor dos pais, sexo). Segundo uma menina, “Se a gente pudesse mudar o destino, a gente não sofria”.

Entretanto, há aqueles que discordaram da existência do destino e destacam o potencial de construção das trajetórias pessoais, minimizando uma determinação superior – “a gente pode interferir lutando, tem que levar as coisas pelo seu sonho”; “se quero, corro atrás”. Vale dizer que, entre aqueles que negam a existência do destino, há visões sobre a determinação de certos aspectos da vida que escapam ao domínio pessoal, como a hora da morte.

Alguns dos que crêem no destino admitiram a possibilidade de a pessoa mudar o curso de sua vida a partir do esforço próprio – “bandido pode sair do crime”; “é só querer”; “pode melhorar e crescer”.

Em suma, as opiniões sugerem que a noção de destino é significativa, abarcando visões mais fatalistas – “tô deixando o barco correr”; “não posso interferir em nada, o que tem que acontecer vai acontecer” –, mas não exclui a crença na transformação e na construção da vida por meio da luta – “só ter força de vontade própria”.

O fato de o grupo em foco ser de uma faixa etária jovem, na qual as perspectivas de mudança e as esperanças tendem a ser maiores em relação aos adultos, possivelmente contribui para a crença nas transformações. Em função da etapa do ciclo de vida em que se encontram, as perspectivas de um futuro que ainda não foi vivido difere das trajetórias marcadas pela desilusão.

Em seu estudo com mulheres de um bairro popular carioca, Salem (1981) argumenta que a falta de correspondência entre o esforço (luta) e melhoria nas condições de existência colabora para uma maior recorrência de explicações mágicas, centradas na sorte, no acaso ou no destino, entre populações de baixa renda quando comparada às camadas com maior poder aquisitivo. Nas palavras da autora:

Parece inadequado interpretar a indeterminação e suas conseqüências nas instâncias cognitivas e explicativas como sintoma de um pretenso fatalismo inerente à população dos baixos estratos. Pelo contrário, esse tipo de expediente remete a uma percepção bastante realista e fundamentada de sua situação, evidenciando a consciência das barreiras quase intransponíveis que devem ser enfrentadas em uma sociedade rigidamente estratificada. (Salem, 1981:65)

Entre as entrevistadas mais jovens (a pesquisa de Salem abrangeu a faixa de 25 a 52 anos), dava-se maior destaque ao valor do esforço pessoal e da vontade na definição da vida cotidiana em oposição ao peso da indeterminação presente no grupo das mulheres mais velhas. Tais relatos encontram pontos de aproximação com a trajetória dos jovens de Vigário Geral. No entanto, as diferenças etárias e históricas entre os grupos indicam variações que limitam uma comparação mais aprofundada de determinados aspectos característicos da vida adulta como percurso profissional, histórico de vida conjugal e preenchimento de expectativas de vida.

Sociedade relacional e o significado de proteção

As visões descritas revelam que a lógica das representações e práticas do grupo entrevistado, relacionada ao significado de proteção e de ameaça nas diversas situações da vida cotidiana, é orientada por éticas sociais diversas, expressas na oposição entre o universo protetor e seguro da 'casa' e do 'outro mundo' e o espaço perigoso e arriscado da 'rua'. Essa classificação, originada em um ideário tradicional no qual prevalece o valor das relações pessoais foi observada nas representações sobre a própria favela, a família, a rede de amigos, as relações amorosas e sexuais e a prática religiosa.

As opiniões e experiências relativas ao poder legal e ao paralelo merecem atenção particular, tendo em vista que a principal ameaça foi relacionada às consequências do conflito armado entre policiais e traficantes. Notou-se que as opiniões negativas referentes ao papel da polícia decorrentes dos abusos e a precariedade das ações do poder público, somadas aos benefícios do comércio ilegal, tendem a atualizar o valor das relações pessoais em detrimento da concepção moderna de cidadania, centrada na noção de direito individual.

Como existe o reconhecimento dos prejuízos do tráfico, registre-se a presença de opiniões aparentemente paradoxais em que um mesmo ator ocupa o lugar daquele que ameaça e daquele que protege, como no caso do bandido e do policial. A dimensão situacional das esferas de significação que ordenam a experiência social brasileira (DaMatta, 1991) elucida essa ambigüidade.

Nesse contexto, o surgimento das organizações comunitárias locais pode representar a presença de uma instância intermediária entre o poder legal e o paralelo, ocupando um lugar de mediação, valorização e visibilidade dos problemas dos moradores. Tal aspecto foi indicado nos depoimentos, mas precisaria ser analisado de forma mais aprofundada.

Conclui-se, assim, que o perfil relacional da sociedade brasileira, articulado à situação socioeconômica das camadas populares urbanas, imprime uma especificidade no significado de proteção pelo fato de atualizar e reforçar o valor das relações pessoais em oposição à noção de direitos do cidadão. Tal fato foi observado tanto na lógica dos cuidados com a saúde, mais especificamente na prevenção do HIV/Aids, quanto nas reações das ameaças percebidas no cotidiano.

Embora a percepção de que o familiar protege tenha um caráter universal no imaginário social, conforme revelam as análises de Giami & Shiltz (1996), em um contexto relacional marcado pela desigualdade social, pela violência e pelos abusos do poder legal, essa associação tende a ganhar maior relevância e significado.

As implicações das condições materiais e simbólicas de existência na formação e na reprodução da lógica de proteção de um determinado grupo social aproxima-se da perspectiva sócio-histórica, destacada nos argumentos de Douglas, Bourdieu e Giddens (capítulo 2) sobre a importância da identificação dos dispositivos e as representações que estruturam as práticas.